

Apresentação



APRESENTAÇÃO

Configurações identitárias abordadas em diversas perspectivas temáticas e metodológicas estão presentes nos artigos reunidos no dossiê Identidades/Alteridades, o qual, ao abrir este número da Revista Brasileira de História, traz aos leitores o primeiro resultado da atual gestão. Espaços e temporalidades diversos contribuem para tornar mais abrangente a configuração do conjunto de trabalhos que partilham reflexões voltadas para estudos de cultura, família e política.

A complexidade das relações entre cultura e identidade constitui a problemática dos artigos de Jaime Rodrigues, Paulo Koguruma e Maria Inês Machado Borges Pinto. O artigo de Jaime Rodrigues tem como eixo as relações sociais estabelecidas a bordo de navios negreiros destinados ao Brasil, nos séculos XVIII e XIX, evidenciando a constituição de identidades sociais a partir de elementos integrantes da chamada cultura marítima, aos quais agrega com destaque elementos constitutivos de hierarquias, disciplinas e rituais vigentes nas embarcações. Trata-se de uma abordagem de práticas e representações direcionadas para a garantia da sobrevivência no duro cotidiano do mar a que estavam sujeitos tanto a tripulação quanto os escravos submetidos a condições desumanas de vida, apoiada em diários de bordo, relatos de viajantes, processos de apreensão de embarcações negreiras e dicionários portugueses de marinbaria.

Processos identitários urbanos constituem o objeto do artigo de Paulo Koguruma, construído a partir de narrativas de memorialistas, cronistas e viajantes sobre São Paulo nos anos finais do século XIX e início do XX. Diferentes ritmos sociais configuram especificidades da urbanização que resultou na construção de identidades plurais. As tensões entre formas complexas de sociabilidade foram abordadas de modo a colocar em evidência o cosmopolitismo no espaço urbano.

Maria Inês Machado Borges Pinto, por sua vez, retoma o tema no artigo que aborda a constituição de papéis femininos produzidos pela cultura de massas. Tendo como referencial o cinema, analisa representações da mulher referidas à modernidade em seus apelos de consumo e aparência, bem como à adoção de novos valores e atitudes. Seu oposto, a identidade feminina constituída a partir de referências ao lar, ao espaço da vida doméstica, adquire significado como objeto de contestação pelas películas veiculadoras de um novo discurso normativo.

O objetivo de pensar identidades no âmbito das relações de família aproxima os artigos de Maria Adenir Peraro e André Ricardo Pereira, possibilitando a compreensão de múltiplas redes de relações, representações, práticas e apropriações. Maria Adenir Peraro elege as relações de família para abordar o estatuto dos filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX; a organização de famílias alternativas ao modelo tradicional inspira reflexões acerca da universalidade da família patriarcal e seus desdobramentos em torno da questão da legitimidade, em suas especificidades referentes a Mato Grosso, numa análise que busca superar abordagens homogeneizadoras do social.

André Ricardo Pereira empreende, em estudo sobre a criança no Estado Novo, uma abordagem de processos identitários, ressaltando o político enquanto fator fundamental, tanto para a delimitação da infância, quanto para práticas e representações a ela relacionadas. Nesse intuito, analisa políticas de amparo à infância empreendidas pelo Departamento Nacional da Criança, ressaltando seu caráter assistencialista e seu fundamento manipulador de metáfora dualista excludente. O discurso médico que legitimou a ação governamental e as razões do pensamento autoritário são cotejados em análise minuciosa do programa de proteção materno-infantil.

A temática da história política presente nos artigos de Cássia Chrispiniano Adduci, Christian Laville e Fernando Kolleritz permite a compreensão de perspectivas múltiplas. Na temporalidade das últimas décadas do século XIX, Cássia Chrispiniano Adduci realizou um estudo historiográfico sobre dimensões do separatismo paulista, notadamente suas ligações com o republicanismo

e as concepções escravistas, ressaltando assim dois eixos de fundamental importância na construção de suas peculiaridades.

Christian Laville apresenta uma análise de questões referentes ao ensino de história. Seu referencial são as práticas escolares em diversas sociedades, em especial Estados Unidos e Canadá, tendo como base as relações entre a narrativa ensinada e projetos políticos centrados na constituição da nação como tarefa do Estado. Experiências diversas partilham o propósito de instrumentalização do ensino da história para a configuração de identidades.

O artigo de Fernando Kolleritz encerra o dossiê e coloca em discussão processos identitários forjados no interior de práticas políticas afeitas ao campo do socialismo, notadamente ao stalinismo. A análise de três autobiografias de intelectuais franceses situa face a face a identidade comunista e sua negativa, num confronto partilhado de atendimento a necessidades próprias do campo da subjetividade. Recoloca em cena, portanto, a cultura e as sociedades comunistas a partir da abordagem de um projeto de construção de um homem novo, em seus aspectos afetivo, moral e cognitivo, tratados em perspectiva da dialética indivíduo-sociedade na qual o cotidiano constitui aspecto decisivo.

A seção de artigos abre-se com o trabalho de Antonio V. P. Morás. Referido aos estudos de cultura, o artigo analisa a permanência de mitos celtas no folclore medieval, bem como a assimilação de seus temas e motivos pela cultura clerical a partir do século XII. As representações de mulheres como fadas e o universo feérico são por ele rastreados na literatura medieval, numa análise que aborda complexos míticos relacionados aos seus significados no mundo céltico, bem como as transformações neles operadas desde seu contato com a cultura clerical. Decodificações de significados são assim evidenciados em termos de permanência e atualização, relacionadas às condições sociais presentes numa dada produção cultural.

Política e educação às vésperas da República constituem o tema do artigo de Carlota Boto em sua análise da instrução pública como instrumento para a constituição da cidadania. A partir do pensamento pedagógico de Rui Barbosa, aborda o ideário liberal no âmbito da transição do Império à República, problemati-

zando a emergência de uma preocupação democrática que não consegue mascarar o temor do voto popular, antes procura domesticá-lo mediante sustentação pedagógica. Ressalta o binômio democracia-educação presente nos debates políticos acerca do povo tutelado e da validade de escrutínios políticos.

A fotografia como documento para a escrita da história é valorizada por André Amaral de Toral, que realiza extensa cobertura de registros fotográficos da Guerra do Paraguai. A linguagem fotográfica e sua utilização específica no contexto da guerra são abordadas neste trabalho no sentido de evidenciar as cartes-de-visite que retratavam militares e cenas da frente de batalha. Além de analisar aspectos da composição fotográfica enquanto linguagem de comunicação, o autor ressalta o olhar dos fotógrafos sobre o conflito, humanizando o inimigo, registrando a crueldade e a carnificina. Valoriza assim o caráter de denúncia desses documentos e a sua eficácia em questionar os nacionalismos em luta.